

A Economia Solidária no Estado do Paraná: limites e potencialidades das formas associativas

Sandro Pereira Silva

Analista de Reforma Agrária da Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Viçosa.
sandroecbr@yahoo.com.br

Fernanda Abreu Nagem

Mestranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa.
fermandanagem@yahoo.com.br

Resumo: A formação de grupos, como cooperativas e associações, sob os princípios da Economia Solidária é um fenômeno crescente no Brasil. 21.859 empreendimentos econômicos solidários (EES) foram mapeados em 52% dos municípios brasileiros, onde 48% estão no meio rural e 41% exercem atividades voltadas para a agropecuária, extrativismo e pesca. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e potencialidades dos EES no Estado do Paraná. Foram utilizados os dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), auferidos durante o Mapeamento Nacional de Economia Solidária. Ao todo, 808 EES foram mapeados no estado, envolvendo 64.846 pessoas. Informalidade, dificuldade no acesso a mercados e falta de capital de giro foram os desafios apontados pelos EES. Dentre as potencialidades estão: aumento do número de EES, articulação em fóruns e redes, envolvimento de ONGs e projetos de assistência técnica e extensão no fomento à essas iniciativas e sua inserção nas esferas do poder público

Palavras-chave: Economia Solidária; Trabalho Associativo; Geração de Trabalho e Renda.

The Solidarity Economy in the State of Paraná: limits and potential of forms of association

Abstract: The formation of groups such as cooperatives and associations, under the principles of Solidarity Economy is a growing phenomenon in Brazil. 21,859 solidarity economic enterprises (SEEs) were mapped in 52% of Brazilian municipalities, where 48% are in rural areas and 41% carry out activities for the agriculture, extraction and fishing. This article analyzes the challenges and potential of SEEs in the Paraná (State in the south of Brazil). Data from the Information System in Solidarity Economy (ISSE) were used, earned during the National Survey of Solidarity Economy. In all, 808 SEEs were mapped in the state, involving 64,846 people. Informality, difficult access to markets and lack of working capital were the challenges raised by the SEEs. Among the possibilities are: enlargement of the number of SEEs, articulation of forums and networks, involvement of NGOs and technical assistance projects and in promoting the extension of these initiatives and their integration in the spheres of government.

Keywords: Economy; Associative Work; Work and income generation solidarity.

La Economía Solidaria en el Estado de Paraná: límites y posibilidades de formas de asociación

Resumen: La formación de grupos como las cooperativas y asociaciones, en virtud de los principios de la Economía Solidaria es un fenómeno creciente en Brasil. 21.859 empresas de economía solidaria (EES) fueron mapeadas en 52% de los municipios brasileños, donde 48% se encuentran en zonas rurales y 41% realizan actividades para la agricultura, el extractivismo y la pesca. Este artículo analiza los desafíos y el potencial de las EES en el Estado de Paraná. Hemos utilizado los datos del Sistema de Informaciones en Economía Solidaria (SIES), obtenidos durante la Encuesta Nacional de Desarrollo Económico. En total, 808 EES fueron asignadas en el estado, con la participación de 64.846 personas. La informalidad, el difícil acceso a los mercados y la falta de capital circulante fueron los desafíos enfrentados por las EES. Entre las posibilidades están: aumentar el número de EES, foros y redes de articulación, la participación de las ONGs y proyectos de asistencia técnica y extensión para el fomento de estas iniciativas y su inserción en las esferas de gobierno.

Palabras clave: Desarrollo Económico; Asociaciones Laborales; Generación de Trabajo e Ingresos.

1. Introdução

O aprofundamento das contradições do processo de acumulação capitalista, ocorrido no final do século XX, fez emergir formas de organização coletivas que se diferenciam da lógica do assalariamento, organizadas com base na cooperação e na gestão compartilhada dos bens. Dentre essas experiências, o associativismo e o cooperativismo, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, despontaram no cenário nacional como possíveis formas de solucionar ou amenizar problemas sociais e econômicos.

Tais experiências passaram, então, a serem agrupadas em torno de diversos conceitos. No caso do Brasil, pode-se dizer que o de Economia Solidária (ES) destacou-se, consolidando-se tanto no meio acadêmico quanto entre os próprios grupos envolvidos. Ressalta-se, entretanto, que outras terminologias são utilizadas, como economia popular, economia popular solidária, economia social, sócio-economia solidária, dentre outras variações.

De modo geral, a ES é apontada como uma forma alternativa de geração de trabalho e renda a uma parcela da população excluída do mercado formal de trabalho, como também para aqueles que sempre estiveram à sua margem. Todavia, conforme revela o trabalho de Nagem *et al* (2009), há uma discussão de fundo quanto à natureza dessas formas organizativas, sem consenso: a Economia Solidária seria uma alternativa dentro do sistema capitalista, uma alternativa ao capitalismo ou apenas uma resposta efêmera às crises geradas pelo capitalismo?

Na composição da Economia Solidária no Brasil, além dos empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas recuperadas, etc.), existem

várias organizações que trabalham no fomento e no apoio a esses empreendimentos. Outro segmento importante é o dos Gestores Públicos, organizados em rede no Brasil, a Rede Nacional de Gestores Públicos em Economia Solidária.

Diante do exposto e com base nos dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), o presente artigo tem como principal objetivo analisar o contexto atual de desafios e potencialidades em que se encontram os empreendimentos de Economia Solidária no Estado do Paraná. Buscaram-se respostas para alguns questionamentos que surgem em meio ao desenvolvimento da própria ES no estado: como se caracterizam esses empreendimentos? Quais as principais motivações que os levam a ser? Qual a realidade econômica e institucional que cerca esses empreendimentos? Quais os valores que eles encerram?

2. A Economia Solidária: em busca da construção de um conceito

A formação de grupos com base no trabalho associado é uma realidade cada vez mais frequente no cenário econômico brasileiro. Um dos resultados da articulação desses grupos é a constituição de redes e espaços locais de trocas e de diálogos, conceituado por França Filho e Laville (2006) como espaços de proximidade. De acordo com esses autores, essas atividades permitem lutar contra o crescimento das desigualdades entre os diferentes espaços locais e entre os grupos sociais (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006).

Os estudos de Polanyi (2000) sobre a formação e a supremacia dos mercados na sociedade moderna deixam claro como

diferentes formas de sociabilidade levam à formação de diferentes institucionalidades e diferentes formas de estruturação da vida econômica. As relações impessoais de mercado vivenciadas hoje pertencem a certo tipo de sociabilidade que foi desenvolvida historicamente, não sendo, portanto, a única nem a melhor forma de estruturação da vida econômica. Ainda de acordo com Polanyi (2000), a questão da reciprocidade é uma marca do desenvolvimento das sociedades humanas. Entretanto, as relações de reciprocidade, até o surgimento do capitalismo como forma hegemônica de organização produtiva baseado no trabalho assalariado e na propriedade privada dos meios de produção, não haviam sido vistas como um setor independente das relações sociais. A economia enquanto esfera autônoma não existia, mas sempre esteve enraizada (*embedness*) nas relações sociais. Mas, na obra de Polanyi, levanta-se a questão de que, a partir do momento em que a economia se separa das interações sociais e o mercado impessoal torna-se uma entidade com vida real, seria impossível pensar em relações que fugissem desse padrão. O “moinho satânico” tenderia, cada vez mais, a dominar não apenas a vida econômica, como também a vida social. Entretanto, aponta Sabourin (2006) que as relações baseadas em formas de reciprocidade tradicionais ainda estão muito presentes, principalmente em setores sociais menos integrados ao circuito dominante de valorização do capital.

Desta forma, as relações de reciprocidade são apontadas por alguns autores que pesquisam a Economia Solidária como fator de aglutinação de indivíduos, unidos por laços de parentesco e/ou de proximidade, em grupos de interesses comuns, no intuito de se inserirem economicamente em determinados mercados. Essa forma associativa de organização social, embora

exista há vários anos e persista marginalmente desde os primórdios da consolidação das relações capitalistas de produção, vem ganhando espaço em algumas regiões e países nos últimos anos, principalmente após o fenômeno da reestruturação produtiva, que gerou, dentre outras consequências, um crescente número de excluídos do chamado mercado formal de trabalho.

A mobilização de certos setores populares na formação de grupos produtivos e de cooperação, de caráter suprafamiliar, apresenta recentemente uma nova característica política, denominada de Economia Solidária. Segundo Pinto (2006), a novidade dessas atividades econômicas associativas é exatamente o fato de que a própria forma coletiva do trabalho atuaria em favor da produção de vínculos sociais, bem como de uma qualidade particular para esses vínculos.

Dessa forma, a Economia Solidária surge a partir de novas institucionalidades nas relações econômicas com vistas a proporcionar novas dimensões de participação nas diferentes esferas da vida social (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2006). As formas de organização da chamada Economia Solidária são múltiplas, como: empresas autogestionárias, que organizam seus coletivos de trabalhadores com base na democracia nas tomadas de decisões; associações, clubes de trocas; cooperativas, bancos comunitários, fundos rotativos, dentre outras.

Uma das conceituações elaboradas sobre o fenômeno social da Economia Solidária, dentre as diversas existentes, parte da ideia de que se trata de um conjunto de atividades que contribuem para a democratização econômica a partir do engajamento dos indivíduos e que tem princípios como a preservação do meio ambiente, a busca pela igualdade de gênero, a luta por justiça social e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Se-

gundo Singer (2000), ela surge como resposta às contradições do sistema capitalista e às imperfeições do mercado, em que uma parcela da população que se encontra excluída do mercado de trabalho busca sua sobrevivência. A produção é organizada na forma de associação ou cooperativa, cujos princípios são:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores [...]; destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores (SINGER, 2000, p.13).

Para Radomsky (2006), a peculiaridade dessas iniciativas deve-se ao fato de conjugarem princípios usualmente chamados de tradicionais, tais como “o reforço dos laços de reciprocidade e proximidade nas comunidades”, sejam elas rurais ou urbanas, com “relações tipicamente capitalistas nos mercados de trabalho e de produtos”. Disso decorre uma forma particular de ação de indivíduos e de famílias de modo a assegurar a sua reprodução econômica, mas que tem como objetivo também a manutenção, ainda que diferenciada, de suas relações sociais primárias e da sua sociabilidade local.

Gaiger (2006) apontou que o solidarismo e a cooperação no trabalho, uma vez internalizados como prática cotidiana, propiciam fatores adicionais de eficiência em favor do empreendimento, contribuindo para a sua maior longevidade. Essa simbiose possível entre solidarismo e empreendedorismo econômico é comprometida pelo fato de que, em regra geral, os setores das atividades em que se situam os empreendimentos são demandantes de força de trabalho minimamente qualificada, pouco especiali-

zada e, por conseguinte, pouco valorizada. Nesse caso, os efeitos positivos do trabalho cooperativo são reforçados quando ocorre a incorporação de saberes profissionalizados e sua transferência interna para os demais membros do grupo. Sobre esse ambiente, a emergência de processos autogestionários no interior dos empreendimentos torna-se o elemento caracterizador dessas formas organizativas.

Para França Filho e Laville (2006), a organização econômica e a mobilização dos recursos em uma ótica solidária e cooperativa possuem como principal finalidade não só a manutenção imediata de seus atores, chamada pelos autores de reprodução simples da vida, mas principalmente ultrapassar essa fase em direção de uma “reprodução ampliada”. Dois aspectos atuam conjuntamente nessa busca: a questão da participação ou engajamento dos indivíduos nos projetos, o que remete ao grau de mobilização desses indivíduos; e o modo de organização do trabalho, que se encontra essencialmente baseado na solidariedade. Dentre os principais desafios apontados para a consolidação destas iniciativas, está o reconhecimento público sobre a especificidade deste campo de práticas (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2006). Desta maneira, a Economia Solidária desponta, de acordo com Singer (2000), como uma nova proposta de organização não capitalista do trabalho e da produção em busca de uma sociedade sustentável.

2.1 A Economia Solidária no Brasil

Mundialmente, muitos são os exemplos de iniciativas cooperativistas solidárias de sucesso. Singer (2000) aponta como uma delas os *Kibutzim*, em Israel, que são cooperativas de produção e consumo nas quais homens e mulheres trabalham em

igualdade e todos recebem segundo suas necessidades. Outro exemplo, descrito por Singer (2000, 2002, 2003) e Souza Santos (2002), é o Complexo Cooperativo de Mondragon, ao norte da Espanha, o qual conta com mais de 100 cooperativas e mais de 50 mil postos de trabalho, além de um banco, a *Caja Laboral Popular*, um hospital e uma universidade, a Escola Politécnica.

No Brasil, um dos marcos importantes em termos de mobilização e organização política das iniciativas que compõem a chamada Economia Solidária foi a constituição, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão, em 1994, da Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG). A ANTEAG surgiu com o propósito de fomentar e apoiar práticas de autogestão e cooperativismo no território nacional. Sua origem advém do movimento sindical e acabou transformando-se em uma organização de apoio aos trabalhadores empenhados na conversão de empresas capitalistas em solidárias (SOUSA SANTOS, 2002, p. 92).

No campo das organizações de apoio às iniciativas de Economia Solidária, destacam-se, no Brasil, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, hoje organizadas em duas grandes redes universitárias: a Rede de ITCP's e a Rede Unitrabalho, além de experiências de Incubadoras vinculadas à administração municipal. As primeiras atuam via programas de extensão universitária no combate ao desemprego e à exclusão do trabalho. Percebe-se um aumento significativo em todo o Brasil desses projetos que contam com o apoio de Políticas Públicas Governamentais (Pps) para a realização de suas atividades. Seu impacto nacional traz novos elementos para um debate no campo das Pps e das práticas e conflitos relacionados ao futuro do trabalho e à redistribuição de renda.

As políticas públicas de apoio à Economia Solidária já alcançam as três esferas governamentais, o que indica sua importância (PEREIRA SILVA *et. al.*, 2007). Em junho de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada e inserida na estrutura organizacional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a finalidade de implementar ações diretas ou por meio da contratação de agências de fomento.

Entre 2005 e 2007, a SENAES realizou, conjuntamente com outras organizações da sociedade civil¹, o Primeiro Mapeamento Nacional de Solidária. Um dos objetivos dessa ação foi constituir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), com vistas a fortalecer a ES como estratégia de organização social no Brasil. A pesquisa foi realizada em 2.934 municípios (52% dos municípios brasileiros) e identificou um número de 21.859 empreendimentos econômicos solidários (EES). Esses EES envolvem cerca de 1.687.035 trabalhadores. Deste total, 63% são homens e 37% são mulheres. A região na qual se identificou maior número de EES foi o Nordeste brasileiro (43%), seguido pelo Sudeste (18%); Sul (16,5); Norte (12%) e Centro-Oeste (10%).

Outro dado interessante levantado pela pesquisa diz respeito à área de atuação dos EES: 48% se declaram rurais, 35% urbanos e 17% urbanos e rurais. Dentre as atividades econômicas citadas, 41% dos EES exercem atividades voltadas para a agropecuária, extrativismo e pesca; 17% alimentos e bebidas; 17% artefatos artesanais; 10% têxtil e confecções, 7% serviços; 2% atividades industriais, 2% coleta e reciclagem de materiais, 2% fitoterápicos, limpeza e higiene, 1% crédito e finanças solidárias e 2% outras atividades (produção e serviços).

Quanto aos desafios apontados por essas organizações, 68% dos EES mapeados afirmaram ser a comercialização o principal obstáculo de suas atividades; 53% responderam a falta de acesso ao crédito e 27% a falta de assistência técnica.

3. Metodologia

Este trabalho desenvolveu-se através da conjugação da análise teórica, onde se buscou um levantamento de parte da bibliografia que discute o tema, com os dados empíricos disponibilizados no banco de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), obtidos durante a realização do Mapeamento Nacional de Solidária no Brasil.

No âmbito do SIES, a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito –, organizadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva e autogestionária. Com isso, o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) utilizados no Mapeamento compreende as organizações: coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais; aquelas cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio rural e urbano e exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sob o registro legal; e, que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de ser-

viços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Os dados do Mapeamento compilados sobre o estado do Paraná foram analisados neste trabalho a partir de três dimensões, sugeridas por Bertucci (2005), apresentadas da seguinte forma: primeiro, buscou-se obter as informações mais gerais sobre a forma de organização, a quantidade de participantes e o tipo de atividades desenvolvidas; em seguida, foram analisadas questões sobre a dimensão econômica, como as formas de captação de recursos, os investimentos realizados, o nível de renda possibilitado e as formas de comercialização e inserção no mercado; por fim, abordou-se o aspecto da (auto) gestão e da articulação socio-política do EES, verificando, por exemplo, como se dá o processo de tomada de decisões e de que forma o EES se envolve com a comunidade em que se localiza e com outros EES no Estado.

4. Resultados

Os resultados das análises dos dados referentes aos EES pesquisados no Paraná estão descritos abaixo em suas três dimensões, com base na divisão analítica adotada para esta pesquisa.

4.1 Dimensão geral dos EES

O trabalho da equipe do Mapeamento no Estado do Paraná entrevistou um total de 808 EES nas diversas regiões do estado. Desse total, 47% disseram ter atividades essencialmente urbanas, 33% rurais e 20% exercem atividades tanto rurais como urbanas. Ao se comparar esses dados em termos nacionais, essa

relação é inversa, pois mais da metade dos empreendimentos no país estão localizados em áreas rurais e ligados a atividades da Agricultura Familiar.

Tabela 1

Número de sócios que trabalham nos empreendimentos

PARTICIPANTES	EES	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Até 10	307	1.010	601	1.611
11 a 20	167	1.399	1.208	2.607
21 a 50	182	2.814	3.028	5.842
Acima de 50	139	13.920	25.923	39.843
TOTAL	795	19.143	30.760	49.903

A maioria dos EES do Paraná, cerca de 63%, foram constituídos a partir de 2001, enquanto apenas 7% existem desde antes de 1990. Esses dados podem demonstrar, por um lado, o crescimento do número de empreendimentos de Economia Solidária no cenário econômico do Estado. Mas, por outro lado, essa informação pode também fazer inferir sobre a dificuldade em manutenção dos EES por parte de seus associados. Aliás, essa é uma realidade também vivida e comum para o universo das pequenas empresas no Brasil.

No conjunto dos EES mapeados, estão envolvidas um total de 64.846 pessoas, com 62% de homens e apenas 38% de mulheres. No entanto, esse predomínio masculino se dá apenas nos EES com vinte ou mais associados. Nos EES com até vinte associados, que, aliás, são maioria no estado, responsáveis por 60% do total, a predominância é extremamente feminina, como demonstra a tabela 1.

Um dos motivos para a predominância das mulheres nos grupos com menos associados refere-se a um grande número de conjuntos de confecção e de artesanato, em que as principais envolvidas são mulheres. Essas duas categorias são responsáveis por 24% dos EES, como se nota na tabela 2.

Tabela 2
As 10 atividades econômicas mais citadas

DESCRIÇÃO	TOTAL	%
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos (exceto vestuário)	110	14
Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, etc. (exceto móveis)	84	10
Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	58	7
Fabricação de artefatos de cordoaria	49	6
Atividades de serviços relacionados com a agricultura	43	5
Reciclagem de sucatas não metálicas	40	5
Preparação do leite	39	5
Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	37	5
Fabricação de massas alimentícias	32	4
Comércio atacadista de leite e produtos do leite	30	4

Questionados sobre a motivação para a constituição dos EES, 28% dos entrevistados apontaram “uma alternativa ao desemprego” e 26% apontaram “uma forma complementar de renda”. Esse dado mostra que a Economia Solidária no Paraná já tem um reconhecimento enquanto uma forma organizativa para geração de trabalho e renda, como propõem Singer (2000) e França Filho e Laville (2004 e 2006).

Quanto à forma de organização, nota-se, pelo gráfico 1, que 59% deles encontram-se na informalidade. Embora os grupos atuem de forma associativa, apenas 40% deles estão devidamente formalizados como associação ou cooperativa. Esses dados demonstram um forte grau de deficiência institucional por parte dos EES paranaenses. Enquanto grupo informal, torna-se mais difícil o acesso a benefícios, financiamentos e programas de apoio no caso de Pps, além de diminuir as garantias contratuais de seus associados em termos de horizon-

te de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho. Para se ter uma ideia, no total dos empreendimentos de todo o país, 36% são grupos informais, o que mostra que o Paraná tem uma média de informalidade em seus EES bem acima da nacional.

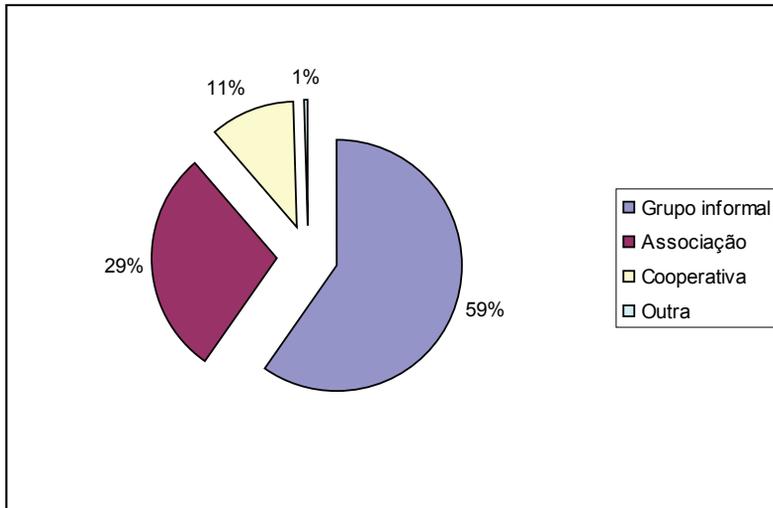


Gráfico 1. Forma de organização dos EES

4.2 Aspectos econômicos

Os EES paranaenses apresentam um faturamento mensal aqui interpretado como baixo. Pode-se perceber, pela tabela 3, que mais de 60% deles possuem um faturamento mensal inferior a R\$5.000,00. Em geral, a média de faturamento mensal dos EES no Paraná é de R\$45.161,50, pouco superior à dos EES no Brasil, R\$43.236,67.

Com relação à origem da matéria-prima para a produção dos EES, nota-se que mais da metade é proveniente de empresas privadas, como mostra o gráfico 2, sendo que apenas 2% são provenientes de outros EES. Esse resultado indica que os EES

Tabela 3
Faturamento médio mensal dos EES

FATURAMENTO MENSAL	EES	%	TOTAL	MÉDIA
Até R\$ 1.000,00	162	29,51%	R\$ 71.918,01	R\$ 443,94
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	186	33,88%	R\$ 459.186,58	R\$ 2.468,75
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	71	12,93%	R\$ 513.028,27	R\$ 7.225,75
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	64	11,66%	R\$ 1.438.081,79	R\$ 22.470,03
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	21	3,83%	R\$ 1.506.073,03	R\$ 71.717,76
Mais de R\$ 100.000,00	45	8,20%	R\$ 20.805.376,38	R\$ 462.341,70
TOTAL	549	100%	R\$ 24.793.664,06	R\$ 45.161,50

paranaenses ainda não são articulados e se inserem em redes e cadeias produtivas solidárias, com ações realizadas em rede para compra e venda de mercadorias entre os próprios empreendimentos. O que ocorre também é que grande parte dos produtos gerados são primários, como é o caso da produção agrícola e dos empreendimentos de materiais recicláveis, ou então são produtos artesanais, mas com baixo valor agregado, caso da maioria dos grupos de artesanato e de confecção.

Em termos de remuneração mensal por trabalhador, percebe-se, pela tabela 4, que aproximadamente 60% dos integrantes dos EES recebem por mês até um salário mínimo e apenas 7% dos trabalhadores recebem mais de dois salários mínimos. Em geral, a remuneração é definida por produtividade ou por horas trabalhadas. Quanto à existência de diferença de remuneração entre os trabalhadores, a tabela 5 aponta que, dentre os cinco tipos de trabalho mais citados pelos entrevistados, o trabalho de maior remuneração recebe em média 2,8 vezes mais que o de menor remuneração.

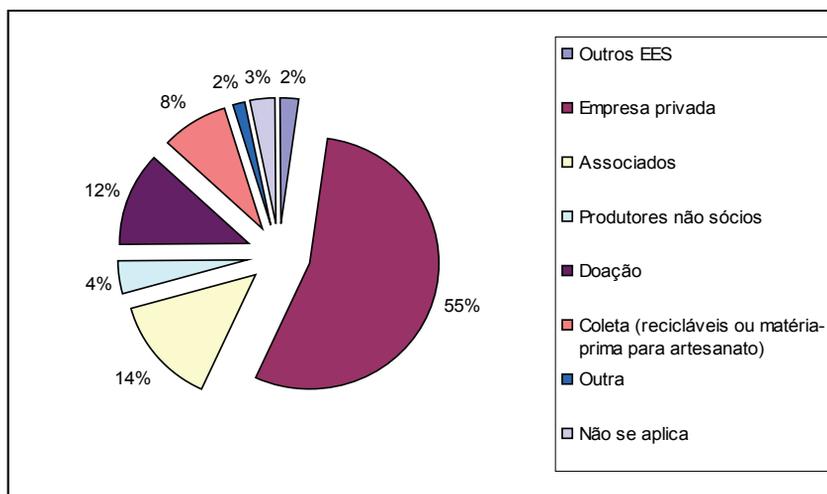


Gráfico 2. Origem da matéria-prima para a atividade produtiva

Com relação à forma estabelecida de remuneração, no tocante à gestão do processo produtivo nos EES, “esta ocorre com base em critérios intrínsecos, tais como o tempo despendido e o grau de competência ou de responsabilidade envolvido nas tarefas”. Assim, de maneira geral, a tendência é “aproximar as faixas de remuneração, em observância do princípio da equidade, sem cair num igualitarismo pleno que poderia desestimular o esforço e o aprimoramento pessoal” (GAIGER, 2006, pp.531-532).

Tabela 4

Renda média em salários mínimos (SM)²

FAIXAS	EES	%
Até 1/2 SM	309	38,25%
1/2 a 1 SM	155	19,18%
1 a 2 SM	75	9,28%
2 a 5 SM	43	5,32%
Maiores que 5 SM	14	1,73%
TOTAL	596	73,76%³

Tabela 5
Remuneração média por tipo de atividade

TIPOS DE TRABALHOS	REMUNERAÇÃO MÉDIA
Gerência, assessoria, consultoria	R\$ 1.127,73
Administração, secretaria, contabilidade, finanças	R\$ 871,88
Manutenção e serviços gerais	R\$ 560,05
Representação comercial, vendas, comunicação	R\$ 508,64
Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços)	R\$ 398,35

Uma das dificuldades centrais que os EES encontram, de acordo com suas próprias respostas, está ligada à comercialização de seus produtos. Ao todo, 55% responderam ter dificuldades na comercialização. Dentre os três motivos mais citados para essa dificuldade, estão: “dificuldade em chegar até o cliente”; “falta de capital de giro para vendas a prazo”; e “deficiências nas estruturas de comercialização (local, espaços, equipamento, etc.)”. Mesmo assim, 76% dos EES afirmaram realizar iniciativas de divulgação de seus produtos. Porém, como há dificuldade de recursos para uma estratégia de divulgação mais elaborada, as iniciativas usadas e mais apontadas na pesquisa são as mais simples e menos custosas e, conseqüentemente, atingem um público mais restrito, sendo elas: “divulgação de boca a boca”; “cartazes, catálogos e panfletos”; e “rádios comerciais, educativas e comunitárias”.

Quanto à forma de comercialização da produção dos EES, esta ocorre principalmente em nível local. Do total de EES, cerca de 84% comercializam seus produtos nos mercados locais e municipais, 14% conseguem atingir mercados microrregionais e estadual, enquanto que menos de 1% apenas conseguem vender seus produtos para mercados internacionais. Estas vendas ocor-

rem principalmente por entrega direta aos clientes ou via feiras livres ou espaços públicos de comercialização. Alguns EES não se enquadram em nenhuma das opções listadas, por se tratarem de outras atividades não comerciais.

A dificuldade com capital de giro tem uma influência direta na capacidade dos EES de realizarem investimentos para a melhoria de suas atividades produtivas e comerciais. Do total, 62% informaram não haver realizado nenhum tipo de investimento em seus empreendimentos no ano anterior da pesquisa, enquanto apenas 38% afirmaram haver realizado algum investimento. Dentre os que realizaram, os itens mais comuns quanto ao tipo de investimento foram: infraestrutura física (prédios, construções); equipamentos (aquisição, renovação); e ampliação de estoque de matérias-primas.

Tabela 6
Abrangência de mercado

DESTINO	EES	%
Comércio local ou comunitário	454	63,76
Comércio municipal	145	20,37
Comércio microrregional/estadual	75	10,53
Comércio nacional	27	3,79
Exportação	6	0,84
Não se aplica	5	0,70

Uma possibilidade de resolver a questão do capital de giro dos EES seria através de políticas públicas que disponibilizassem linhas de crédito favoráveis de acordo com suas atividades. Existe uma dificuldade desses empreendimentos em acessarem as linhas de crédito oficiais existentes. As dificuldades em relação às exigências de garantias, as altas taxas

de juros cobradas e o alto grau de burocracia nas operações são sempre as mais lembradas. No meio rural, o PRONAF ainda permite um acesso a linhas subsidiadas a agricultores familiares de baixa renda e, com isso, em muitas localidades aumenta a liquidez nas atividades econômicas e proporciona dinâmicas positivas nas economias locais por meio de seu efeito multiplicador (PEREIRA SILVA, 2008). Mas, no meio urbano, onde se localizam a maioria dos EES paranaenses, essas linhas são escassas.

Um resultado que ilustra esse fato é que apenas 14% dos EES tiveram acesso a alguma linha de crédito no ano anterior à pesquisa. As duas principais fontes de crédito citadas foram os bancos públicos (45%) e as cooperativas de crédito (21%). Novamente, a questão da informalidade dificulta o acesso ao crédito.

O próprio cooperativismo de crédito é uma forma de empreendimento de Economia Solidária que pode também auxiliar o surgimento e a manutenção de outros em uma dada localidade através da formação de uma poupança local, do acesso a recursos públicos para programas de microcrédito e da concessão de linhas de crédito a juros mais favoráveis e com menos burocracia, o que Abramovay (2003) denominou de finanças de proximidade (ABRAMOVAY, 2003). Justamente no estado do Paraná nasceram as primeiras experiências de cooperativismo de crédito solidário no Brasil, com a criação do Sistema Cresol (BÚRIGO, 2006). No mapeamento, foram entrevistadas 28 cooperativas de crédito solidárias no estado. No entanto, estas ainda estão mais diretamente voltadas às atividades do meio rural, o que novamente deixa desguarnecidos os EES urbanos.

4.3 Aspectos políticos

Parte-se agora para a discussão das informações referentes às questões políticas e organizativas dos EES. Analisando primeiramente as informações sobre acesso à assistência técnica, 80% dos EES afirmaram ter recebido algum tipo de serviço no ano anterior à pesquisa, enquanto 20% não receberam nenhum tipo de assistência. A tabela 7 aponta as principais formas de assistência técnica recebida pelos EES.

Tabela 7

Principais formas de assistência técnica recebidas pelos EES

TIPOS DE APOIO	EES
Qualificação profissional, técnica, gerencial	197
Assistência técnica e/ou gerencial	168
Formação sócio-política (autogestão e economia solidária)	159
Assessoria na constituição, formalização ou registro	41
Assessoria em marketing e na comercialização	19
Assistência jurídica	14
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	14
Outro	35

Já a tabela 8 apresenta a natureza das principais entidades responsáveis pela assistência técnica a esses EES. Nota-se que estes serviços são realizados em sua maior parte por organismos estatais, com destaque também para a atuação de ONGs, do SEBRAE, de sindicatos e incubadoras universitárias de cooperativas. O trabalho desenvolvido por cooperativas de trabalho, que é outra estrutura organizacional de um empreendimento de economia solidária, foi citado por apenas 27 EES.

Tabela 8
Principais organizações fornecedoras de serviços de
assistência técnica

ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO	TOTAL
Órgãos governamentais	422
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações, etc.	221
Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc)	104
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação)	79
Universidades, incubadoras, Unitrabalho	75
Cooperativas de técnicos	27
Outra	47

Quanto às informações sobre a participação dos membros nas atividades dos EES, pôde-se notar que os entrevistados afirmaram participar da maioria das decisões importantes referentes ao empreendimento que integram, e que essa participação é permitida e incentivada a todos os membros. Houve uma alta frequência nas seguintes respostas com relação às formas de participação: participação nas decisões cotidianas do empreendimento; acesso aos registros e informações do empreendimento; prestação de contas aos sócios em assembleia geral; eleição da diretoria em assembleia geral; decisão sobre destino das sobras e fundos em assembleia geral; plano de trabalho definido em assembleia geral; e contratações e remunerações definidas em assembleia geral.

A princípio, esses resultados podem fazer inferir a presença de autogestão nos EES entrevistados, caracterizando o que Albuquerque (2002) chama de poder compartilhado. O fato de os entrevistados alegarem que todas as informações relevantes às atividades estarem disponíveis a quem se interessar também é

apontado por Singer (2000) como um indicador importante da presença de autogestão. Cerca de 48% dos EES afirmaram realizar pelo menos uma reunião ou assembleia a cada mês.

Ao observar os tipos de articulação dos quais os grupos participam, pode-se perceber a forma de inserção desses empreendimentos junto a organizações político-sociais, nos diferentes níveis de abrangência. Ao todo, 46% EES responderam que participam de algum grupo ou articulação, como está mostrado na tabela 9. Por ela, percebe-se que a principal forma de articulação dos EES paranaenses ocorre principalmente por meio de Fóruns ou Redes de Economia Solidária.

Além das formas de articulação entre os EES, perguntou-se também se estavam inseridos em movimentos sociais e populares. Mais da metade dos entrevistados, 53%, responderam afirmativamente. Dentre os movimentos mais citados, estão: o movimento comunitário; movimento de luta pela terra e agricultura familiar; movimento ambientalista e movimento sindical urbano ou rural.

Tabela 9

As cinco principais formas de redes e articulações entre os EES

TIPOS DE REDE/FÓRUM DE ARTICULAÇÃO ⁺	TOTAL
Fórum ou Rede de Economia Solidária	204
Redes de produção/comercialização	66
Centrais de comercialização	32
Movimentos social ou sindical	25
ONGs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc.	21

Por fim, 78% dos EES afirmaram exercer alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e/ou serviços. Dentre as principais iniciativas citadas,

estão: preços dos produtos e/ou serviços para facilitar o acesso aos consumidores; incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo; e oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos.

5. Considerações Finais

O universo da Economia Solidária no Paraná possui números expressivos, de acordo com os dados do SIES. São ao todo 808 EES pesquisados, totalizando 64.846 trabalhadores envolvidos diretamente. Pelas características empíricas apresentado neste artigo, pode-se inferir que a formação desses empreendimentos dá-se a partir de espaços de proximidade, que propiciam determinadas relações de identidade entre os atores, tais como de parentesco, de vizinhança ou de amizade, com forte enraizamento na realidade local. Esses espaços encerram distintas institucionalidades implícitas às relações de mercado próprias do capitalismo. Grande parte desses empreendimentos surgiu a partir da mobilização de entidades sindicais, trabalho de pastorais, incubadoras universitárias de cooperativas, dentre outros organismos de fomento a essa forma de organização do trabalho.

Em termos gerais, os EES no Paraná são majoritariamente urbanos, diferentemente do cenário nacional, e são experiências recentes, com menos de cinco anos de existência. Entre os associados, predominam os homens, com 62% do total. No entanto, as mulheres são maioria entre os grupos de até vinte associados, nos quais predomina as atividades de artesanato e confecção.

O alto grau de informalidade desses EES, 59% do total, constitui um fato preocupante. Apenas 11% deles estão registrados como cooperativas, em seus diversos ramos. Essa infor-

mação é importante inclusive para fortalecer o debate sobre as propostas de alteração da legislação cooperativista brasileira. A Lei Geral do Cooperativismo foi promulgada no Brasil em 1971, fruto das discussões que envolveram as grandes cooperativas agrícolas em pleno auge da chamada Revolução Verde. Desde então, apesar das constantes pressões formuladas em propostas de modificação, não sofreu alterações e adequações, mesmo diante das transformações e emergências de novas formas de organização do trabalho associado no Brasil. Atualmente, encontra-se em trâmite no Congresso brasileiro algumas propostas de revisão do marco legal do cooperativismo, com artigos que visam permitir uma maior flexibilidade e facilidade, para que novos grupos possam se inserir formalmente nessa estratégia.

Em termos de motivações, os dados apontaram que a organização em empreendimento de Economia Solidária ocorreu principalmente com vistas a buscar uma auto-organização, para fazer frente ao desemprego e aumentar a renda familiar. No entanto, a maioria deles não consegue atingir uma remuneração que lhes garanta a plena satisfação das necessidades básicas. Cerca de 60% dos trabalhadores envolvidos declararam uma renda mensal de até um salário mínimo. O desafio de se gerar maior renda monetária reside justamente na necessidade de ampliar o acesso a mercados ou criar outras formas de comercialização, como as redes e cadeias solidárias, pois a comercialização permanece como principal desses empreendimentos. A dificuldade de acesso a linhas de crédito para o investimento nas atividades produtivas é outra questão problemática diagnosticada nessa pesquisa.

Em termos de organização para a gestão, é importante salientar que a participação dos membros e a disponibilização das informações a todos os associados foram apontadas como caracte-

terísticas principais do processo de gestão desses empreendimentos. Diagnosticou-se, ainda, um percentual considerável de EES que participam de redes e articulações entre os próprios EES e com entidades de apoio. Além disso, boa parte deles declarou, também, que estão inseridos em movimentos sociais e participam de atividades comunitárias, o que representa interatividade com o ambiente político que os rodeia.

Conclui-se, com este trabalho, que a Economia Solidária, no Paraná, em termos gerais, ainda apresenta uma realidade de fragilidade institucional e competitiva para já figurar-se como uma alternativa consolidada às contradições do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. No entanto, pode-se dizer que está em curso um arranjo organizacional considerável que atua de acordo com os preceitos da solidariedade e da cooperação. São diversas entidades de classe, ONGs, universidades públicas e privadas, cooperativas e órgãos públicos que estão envolvidos no apoio e na representação dos empreendimentos existentes. Entretanto, grande parte das ações acontece de maneira isolada, sem que haja um projeto maior que garanta a esses empreendimentos um ambiente favorável como alternativa viável e sustentável para a população poder trabalhar em seu próprio negócio, embora necessite de uma pesquisa mais aprofundada para analisar essa questão com mais exatidão.

Outra constatação diz respeito às regulamentações que regem esses empreendimentos. A carência de um marco legal que classifique, regule e determine incentivos e garanta possibilidades reais para que esses empreendimentos possam se arriscar no mundo dos negócios dentro da formalidade também é outro fator que não contribui para o desenvolvimento desses EES, como também para o surgimento de outros.

Para vencer alguns destes obstáculos apontados, pode-se inferir um conjunto de ações de apoio a serem desencadeadas, que passam por pelo menos seis elementos: formação e qualificação ocupacional; assessoria técnica a arranjos produtivos solidários; desenvolvimento e acesso a tecnologias adequadas; crédito e microfinanciamentos; organização da demanda (compras públicas e mercado) e oferta (logística e infraestrutura) dos produtos; e, marco legal e regulatório para o setor. Esses elementos destacados são citados também em separado por diversos outros autores que pesquisam a realidade dos EES no Brasil e em outros países.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas, destaca-se que o número de EES vem crescendo ao longo dos anos no estado, assim como em escala nacional. Um número considerável de trabalhadores encontra-se envolvido nessas atividades, convivendo com as dificuldades e buscando explorar suas potencialidades. Esse fato contribui para a legitimação da Economia Solidária no cenário político brasileiro. Atualmente, prefeituras, estados e agora também o governo federal, por meio da SENAES, vêm desenvolvendo estruturas administrativas para criar um ambiente institucional mais apropriado para a viabilidade dessas experiências.

Notas

¹ Várias Universidades Federais, entidades e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) foram parceiros no planejamento e execução do Mapeamento Nacional de Economia Solidária.

² O salário mínimo de referência da pesquisa foi de R\$300,00.

³ Os demais EES não conseguiram remunerar seus sócios, remuneraram de forma não-monetária ou não souberam responder.

⁴ Essa questão admitia mais de uma resposta por EES.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (org.). **Estrutura Agrária, Mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2002.

BERTUCCI, Jonas. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual**: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Dissertação de Mestrado.

BÚRIGO, Fábio. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese de Doutorado.

CANÇADO, Airton. **Autogestão em cooperativas populares**: desafios da prática. Salvador: UFBA, 2004. Dissertação de Mestrado.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, J. L. A economia social e solidária na França. In: FRANÇA FILHO, G. C. *et al.* **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. **Economia solidária e terceiro setor**, 2005. Disponível em: <www.ecosol.org.br>. Acesso em: 14 fev. 2005.

_____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, 2006.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Diretrizes para políticas públicas de economia solidária**: a contribuição dos gestores públicos. Rio de Janeiro: CEF, 2004.

LAVILLE, J. L. Globalização e solidariedade. In: **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães**, Salvador, n. 5, 2002.

NAGEM, Fernanda A., *et al.* **Economia solidária**: alternativa *ao* ou alternativa *dentro* do capitalismo? In: Trabalho apresentado no II Seminário de Direito Cooperativo e Cidadania, denominado “Organização Popular e Cooperativismo na América Latina”. Curitiba: UFP, 2009.

PEREIRA SILVA, Sandro. **Agricultura familiar e políticas públicas**: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA SILVA, Sandro, *et. al.* **Políticas públicas de economia solidária e inclusão social**: análise de dois programas no Brasil à luz do desenvolvimento local. In: Anais do IV Seminário Internacional de Economia Solidária. São Paulo: USP, 2007.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária**: um elogio à associação em tempos de crise. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. Tese de Doutorado.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RADOMSKY, G. F. W. Reciprocidade, redes sociais e desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS,

2006.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, A. S. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária. *In*: CATTANI, A. D. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUSA SANTOS. Boaventura de. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.